

## Decisão sobre situações de abuso sexual por psicólogos brasileiros

Álvaro Camargo Sant'ana; Cátula Pelisoli

Psicólogos em todo o mundo têm sido solicitados a realizarem avaliações de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Num contexto clínico, a decisão sobre se o abuso ocorreu ou não na realidade factual não é tão importante quanto no contexto forense. Neste último, o propósito da avaliação é justamente a confirmação ou não da ocorrência do abuso. Essa informação é fundamental no contexto penal e no contexto das medidas de proteção para as crianças e adolescentes vítimas, na medida em que se trata de um crime que não conta com provas, senão as testemunhais. Dessa forma, este trabalho objetivou investigar como psicólogos tomam decisões nestes casos. Participaram deste estudo 95 psicólogos (86,3% do sexo feminino) de todo o Brasil, com idades entre 23 e 62 anos ( $m=36,6$ ;  $dp=9,7$ ) que responderam a um questionário sociodemográfico e de experiência profissional e ao instrumento Cenário 7, que apresentava um caso e solicitava a decisão sobre se o abuso havia ou não ocorrido. O Cenário 7 é um instrumento adaptado para o contexto brasileiro e que faz parte de um conjunto de casos utilizados em estudos de tomada de decisão nos Estados Unidos da América. O instrumento solicita, após a leitura do caso, que o participante “fundamente” ou “não fundamente” o caso. Isso significa perguntar ao participante se ele afirma que o caso apresenta subsídios para ser verdadeiro ou não apresenta. Os resultados indicaram que 52 pessoas não fundamentaram o caso (54,7%) e 43 pessoas o fundamentaram (45,3%). Os participantes avaliaram o percentual de probabilidade de o abuso ter ocorrido entre 0 e 100%, com 53 pessoas indicando que havia 50% de chance (55,8%). Esses resultados corroboram estudos internacionais que tem indicado a ausência de concordância entre profissionais que avaliam estes casos. Trata-se de um tema de extrema relevância para a Psicologia Jurídica, uma vez que essas decisões podem influenciar a vida de crianças e famílias envolvidas nessas situações. São necessárias novas investigações que possam lançar luz à questão de quais fatores influenciam essas decisões, para que a Psicologia Jurídica possa caminhar em busca de uma maior qualidade das avaliações psicológicas nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.